GAZETA DO SUL S.A. 95.424.834/0001-30

www.gaz.com.br - Quinta-feira, 27/07/2023

ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil
bry

GAZETA DO SUL S A
95.424.834/0001-30

Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5

Data: 26/07/2023

Citycar Aluguel de Veículos S.A. - **CNPJ: 68.765.049/0001-79 - NIRE: 43300063364** - Rua 28 de setembro, nº 1119 – sala 2 - Bairro Goiás - CEP 96.810-234 - Santa Cruz do Sul-RS - Srs. Sócios, Diretores e demais interessados, Abaixo seguem as demonstrações contábeis referentes ao período de 01/01/2022 à 31/12/2022. Importante salientar que o objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são extremamente úteis para os usuários na tomada de decisões.

Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

Balanço Patrimonial - Em Milhares de Reais

Ativo	Nota	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Circulante		169.705	113.923
Caixa e Equivalentes de Caixas	5	59.265	18.534
Contas a Receber de Clientes	6	11.232	2.535
Tributos a Recuperar	7	3.878	1.762
Adiantamentos a Funcionários e Fonecedores		3.001	392
Carros em Desativação para Renovação da Frota	8	89.981	87.667
Outros Direitos Realizáveis		2.348	3.033
Não Circulante		195.699	128.359
Outros Direitos Realizáveis		317	1.916
Partes relacionadas		317	1.916
Investimentos	9	66	66
Imobilizado	10	195.316	126.377
Total do Ativo		365.404	242.282

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Circulante		167.500	70.947
Fornecedores	11	21.862	13.066
Instituições Financeiras	12	142.300	37.007
Consórcios a Pagar	13	246	463
Obrigações Fiscais e Tributárias	14	221	179
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	703	340
Provisões para Férias e Encargos	16	483	368
Adiantamentos de Clientes	17	1.660	19.499
Outras Obrigações		25	25
Não Circulante		171.688	147.857
Instituições Financeiras	12	171.565	147.150
Consórcios a Pagar	13	-	584
Outras Obrigações		123	123
Patrimônio Líquido	18	26.216	23.478
Capital Social		10.000	10.000
Reservas de Capital		5.500	5.500
Reservas de Lucros		10.716	7.978
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		365.404	242.282

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital – Ágio na Subscrição de Ações	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2021	5.000	3.744	114	2.676	0	0	11.534
Lucro Líquido do exercício						5.070	5.070
Integralização de Capital - Incorporação Centro Serra	5.000						5.000
Ágio na Subscrição de Ações - Incorporação Centro Serra		1.756					1.756
Reserva Legal - Incorporação Centro Serra			22				22
Reserva de Lucros - Incorporação Centro Serra				2.397			2.397
Destinações propostas no exercício:							
- Lucros distribuídos						(2.301)	(2.301)
- Constituição/(Reversão) de reservas			254	2.516		(2.769)	-
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2021	10.000	5.500	389	7.589	0	0	23.478
Lucro Líquido do exercício						9.497	9.497
Destinações propostas no exercício:							
- Lucros distribuídos						(6.759)	(6.759)
- Constituição/(Reversão) de reservas			475	2.263		(2.738)	-
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2022	10.000	5.500	864	9.852	0	0	26.216

Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais

	Nota	01/jan./22 a 31/dez./22	01/jan./21 a 31/dez./21
Receita Operacional Líquida	19	74.889	38.726
Custos dos Serviços		(7.843)	(4.718)
Lucro Bruto		67.046	34.008
Despesas/Receitas Operacionais		(31.464)	(19.397)
Despesas Gerais e Administrativas		(66.968)	(38.907)
Despesas com Pessoal		(5.852)	(2.444)
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		41.356	21.954
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		35.582	14.611
Receitas Financeiras	20	3.524	708
Despesas Financeiras	20	(26.050)	(7.921)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro		13.056	7.398
IR e CS Correntes		(3.559)	(2.328)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		9.497	5.070

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais

	01/jan./22 a 31/dez./22	01/jan./21 a 31/dez./21
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	9.497	5.070
Movimentação do Exercício	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	9.497	5.070

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto) - Em Milhares de Reais

	01/jan./22 a 31/dez./22	01/jan./21 a 31/dez./21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Antes do IR e da CS	13.056	7.398
Ajustes por:		
Alienação do Imobilizado	59.424	34.385
Acervo Líquido - Incorporação Centro Serra	-	9.175
Provisões para Férias e Encargos	114	146
Depreciação	57.868	35.694
Lucro Ajustado	130.462	86.798
IR e CS Pagos	(3.559)	(2.328)
(Aumento)/Redução dos Ativos		
Contas a Receber de Clientes	(8.697)	151
Tributos a Recuperar	(2.116)	(1.133)
Adiantamentos a Funcionários e Fonecedores	(2.609)	(366)
Outros Direitos Realizáveis	685	(1.872)
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Fornecedores	8.796	10.743
Obrigações Fiscais e Tributárias	42	(207)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	363	255
Outras Obrigações	-	22
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	123.367	92.063
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aplicação no Imobilizado	(188.544)	(196.707)
Partes Relacionadas	1.599	(1.584)
Aplicação em Investimentos	-	(33)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(186.945)	(198.324)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Instituições Financeiras	129.708	109.227
Adiantamentos de Clientes	(17.839)	18.552
Consórcios a Pagar	(801)	(1.208)
Distribuição de Lucros	(6.759)	(2.301)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos	104.309	124.270
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	40.731	18.009
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	18.534	525
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	59.265	18.534

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 - (Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais: A Companhia tem por objeto social as atividades de locação de veículos automotores e equipamentos e outros meios de transporte, sem condutor. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 10 de abril de 2023. **Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: 2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3". 2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.3 Instrumentos Financeiros: 2.3.1 Classificação: A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: - Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos". Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "5"), nessa classificação. - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda: Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação. - Passivos Financeiros: A Companhia mantém derivativos para fins especulativos, contudo não possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. 2.3.2 Reconhecimento e Mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado com Instrumentos Financeiros" no período em que ocorrem. 2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4 Carros em Desativação para Renovação da Frota: São classificados como "carros em desativação para renovação da frota" os carros cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os carros estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda dos carros desativados do imobilizado; (iii) os carros são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação. Os carros em desativação para renovação da frota são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "carros em desativação para renovação da frota". Para fins de classificação como "carros em desativação para renovação da frota" para os veículos com contrato firmado a pessoas jurídicas, todos os carros devolvidos pelos clientes são classificados como "carros em desativação para renovação da frota", uma vez que a Administração não possui expectativa de alugá-los novamente, conforme mencionado na nota explicativa "8". 2.5 Investimentos: Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme mencionado na nota explicativa "9". 2.6 Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa "10". Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado. 2.7 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: Impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. 2.8 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. 2.9 Regime de Tributação: A Companhia é tributada com base no Lucro Real Trimestral. 2.10 Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: Reconhecimento de Receita: A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos: A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. **Nota 4. Gestão de Risco Financeiro:** 4.1 Considerações Gerais e Políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. 4.2 Fatores de Riscos Financeiros: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. **Risco de Mercado: Risco Cambial:** A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial. **Risco de Crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Caixa e Bancos	497	674
Aplicação de Liquidação Imediata	58.768	17.860
	59.265	18.534

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Duplicatas a Receber	11.232	2.535
	11.232	2.535

Nota 7. Tributos a Recuperar

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
COFINS a Recuperar	1.727	611
PIS a Recuperar	382	134
IRRF a Recuperar	115	252
IRPJ a Recuperar - Saldo Negativo	1.417	574
CSLL a Recuperar - Saldo Negativo	237	191
	3.878	1.762

Nota 8. Carros em Desativação para Renovação da Frota Os carros em desativação para renovação da frota são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "carros em desativação para renovação da frota". O valor em 31 de dezembro de 2022 representa R$ 89.981 (R$ 87.667, em 31 de dezembro de 2021).

Nota 9. Investimentos: Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Cota de Capital Sicredi	66	66
	66	66

Nota 10. Imobilizado: A composição dos saldos está assim demonstrada:

Imobilizado	Taxa Depreciação	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	31 de Dezembro de 2022 Valor Residual	31 de Dezembro de 2021 Valor Residual
Benfeitorias Imóveis e Terceiros	4%	251	(216)	35	56
Veículos de Uso	20%	314.848	(76.812)	238.036	126.024
Móveis e Utensílios	10%	86	(49)	37	36
Instalações	10%	-	-	-	6
Programas de Informática e Computadores	20%	341	(84)	257	179
Máquinas e Equipamentos	10%	131	(74)	57	76
		315.657	(77.235)	238.422	126.377

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022:

31 de Dezembro de 2021	Aquisições	Transf.	Baixas	Transferência Desativação de Frotas	Depreciação	31 de Dezembro de 2022
56	-	4	-	-	(25)	35
126.024	188.436	-	(59.418)	(2.313)	(57.798)	194.931
36	7	2	-	-	(8)	37
6	-	(6)	-	-	-	-
179	101	(2)	(3)	-	(19)	256
76	-	2	(3)	-	(18)	57
126.377	188.544	-	(59.424)	(2.313)	(57.868)	195.316

Nota 11. Fornecedores: A companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses). Em 31 de dezembro de 2022 representa R$ 21.862 (R$ 13.066, em 31 de dezembro de 2021).

Nota 12. Instituições Financeiras

	31 de Dezembro de 2022 Circulante	31 de Dezembro de 2022 Não Circulante	31 de Dezembro de 2021 Circulante	31 de Dezembro de 2021 Não Circulante
Alfa	25.069	-	9.310	6.203
Banco Bradesco	9.810	12.143	3.785	7.961
Banco Itaú	22.533	23.528	605	2.495
Banco PSA	-	-	148	22
Banco Santander	31.566	36.656	6.963	62.448
Banco Sicredi	2.586	732	586	6.569
Banco Toyota	-	-	6	-
Banco do Brasil	19.714	21.135	207	18.870
Banco RCI	1.796	(899)	3.519	1.851
Banco GM	29.226	78.270	11.878	40.731
	142.300	171.565	37.007	147.150

Nota 13. Consórcios a Pagar

	31 de Dezembro de 2022 Circulante	31 de Dezembro de 2022 Não Circulante	31 de Dezembro de 2021 Circulante	31 de Dezembro de 2021 Não Circulante
Adm. de Consórcio Sicredi	-	-	19	-
Consórcio Nacional Ford	246	-	444	584
	246	-	463	584

Nota 14. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
IRPJ a Recolher	38	63
CSLL a Recolher	100	41
COFINS a Recolher	55	55
ISS a Recolher	1	1
PIS a Recolher	12	12
IRRF a Recolher	5	
CSRF a Recolher	10	7
	221	179

Nota 15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Salários a Pagar	447	189
FGTS a Pagar	36	21
INSS a Pagar	139	80
IRRF a Pagar	81	50
	703	340

Nota 16. Provisões para Férias e Encargos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Férias a Pagar	358	190
FGTS sobre Férias a Pagar	29	15
INSS sobre Férias a Pagar	96	51
Décimo Terceiro Salário a Pagar	-	71
FGTS sobre Décimo Terceiro a Pagar	-	6
INSS sobre Décimo Terceiro a Pagar	-	35
	483	368

Nota 17. Adiantamentos de Clientes Referem-se aos adiantamentos de clientes no curso normal de suas operações, representando R$ 1.660, em 31 de dezembro de 2022 (R$ 19.499, em 31 de dezembro de 2021). **Nota 18. Patrimônio Líquido:** Capital social: O capital social está totalmente subscrito e integralizado, compostos 10.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias e nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma pertencentes a sócios domiciliados no país.

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Capital Social	10.000	10.000
	10.000	10.000

Reservas de Capital - Ágio na Subscrição de Ações: Resultante da emissão das novas ações emitidas e adquiridas pela Sponchiado Participações S.A. Reservas de Lucros: O saldo da conta de Lucros Acumulados será destinado à Reservas de Lucros a Disposição dos Quotistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76. Reservas de Lucros - Reserva Legal: Calculada nos termos do artigo nº 193, da Lei nº 6.404/76, à razão de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício, limitado a 30% do Capital Social da Companhia.

Nota 19. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Receita Operacional Bruta		
Locação de Veículos	80.729	42.273
(-) Deduções		
Impostos e Contribuições	(5.840)	(3.547)
Receita Operacional Líquida	74.889	38.726

Nota 20. Encargos Financeiros Líquidos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
(+) Receitas Financeiras		
Juros Auferidos	1	41
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.523	650
Descontos Obtidos	-	17
(-) Despesas Financeiras		
Juros e Multas Pagos	(25.315)	(7.546)
Despesas Bancárias	(269)	(75)
Descontos Concedidos	(0)	(1)
IOF	(457)	(278)
Outras Despesas Financeiras	(9)	(21)
	(22.526)	(7.213)

Nota 21. Provisões p/Contingências: Baseados nas estimativas dos assessores jurídicos da sociedade em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas ações em andamento que necessitassem o reconhecimento contábil. **Nota 22. Seguros (Não Auditados):** Os veículos reconhecidos como imobilizado destinados a locação estão segurados, pelos locatários, em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. Carlos Alberto Sponchiado – Diretor Administrativo e Financeiro; Jair Aloisio Limberger – Diretor Comercial; Alceu Pereira – Contador – CRC/RS 63.743//O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Citycar Aluguel de Veículos S.A.**
Santa Cruz do Sul - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Citycar Aluguel de Veículos S.A.**, ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citycar Aluguel de Veículos S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 10 de abril de 2023.

Müller & Prei Auditores Independentes S/S - CRC-PR Nº 6.472/O-1 s/RS

George Angnes - Contador CRC-PR nº 42.667/O-1 S/RS